



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**

**REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA**

**Rua Dom Elizeu, 51 – CEP38.650-000 – Bonfinópolis de Minas – MG**

**CNPJ/MF 20.571.501/0001-35**

**PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2013**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

### **RELATÓRIO**

De autoria do Prefeito Municipal, o Projeto de Lei nº 7, de 2013, autoriza o Poder Executivo Municipal a apoiar o Programa Nacional de Habitação Rural e dá outras providências.

O escopo da matéria é autorizar o Poder Executivo a apoiar o Programa Nacional de Habitação Rural, que objetiva executar programa habitacional para atender aos moradores da zona rural do Município.

Publicada, a proposição foi distribuída a esta Comissão para receber parecer quanto à sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, conforme dispõe o art. 168, combinado com o art. 88, II, “b”, do Regimento Interno.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois trata de questão que interessa exclusivamente ao Município, em conformidade com a autonomia que a forma federativa lhe garante, não se encontrando entre aquelas matérias que se inserem no domínio de competência da União ou do Estado.

Também não vislumbramos óbice quanto à iniciativa, porquanto o impulso de matérias de tal natureza é conferido exclusivamente ao Prefeito Municipal, uma vez que se trata de matéria de conteúdo financeiro e orçamentário.

No plano jurídico-constitucional, o programa referenciado anda em perfeita harmonia com a política de desenvolvimento rural preconizada na Lei Orgânica do Município, cujos artigos 294 e 295 assim dispõem, verbis:

“Art. 294. O Município manterá programas e investimentos destinados ao meio rural, para fixação de contingentes populacionais, possibilitando-lhes acesso aos meios de produção e geração de renda e estabelecendo a necessária infra-estrutura destinada a viabilizar esse propósito.

“Art. 295. O Município adotará programa de desenvolvimento no cam-po, destinado a fomentar a produção agropecuária, organizar o abastecimento de alimentos, promover o bem estar do homem que vive do trabalho rural e fixá-lo no campo, compatibilizando-o com a política agrícola estabelecida pela União.”



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**

**REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA**

**Rua Dom Elizeu, 51 – CEP38.650-000 – Bonfinópolis de Minas – MG**

**CNPJ/MF 20.571.501/0001-35**

Vislumbra-se, neste contexto, a perfeita adequação do programa preconizado na matéria com as políticas de fixação do homem no campo, de acesso aos meios de produção e de geração de renda programaticamente descritas na Lei de Organização Fundamental do Município.

### **CONCLUSÃO**

Em face do exposto, concluo pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade do Projeto de Lei nº 07, de 2013.

Sala das Reuniões, 03 de abril de 2013.

Vereador MANOEL DO IMA

Relator